

A TRADUÇÃO COMO PRÁTICA DA ALTERIDADE

Geraldo Ramos Pontes Jr.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
gerald.pontes@uol.com.br
Maria Cristina Batalha
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
cbatalha@uerj.br

Resumo

Toda vez que nos debruçamos sobre a cultura do outro, somos levados a refletir sobre nós mesmos e sobre o modo pelo qual nos posicionamos diante deste outro. Este trabalho consiste em uma reflexão a respeito do tipo de relação que se estabelece entre duas culturas quando o texto traduzido é o veículo desse intercâmbio.

Palavras-chave: tradução, estudos culturais, alteridade.

Abstract

Whenever we look towards other's culture, we usually think about ourselves and the way we take place in front of the other. The aim of this work is to consider this kind of relation between two cultures that are placed in the face of each other and the translation is the vehicle of their deal.

Keywords: translation, cultural studies, alterity.

A teoria da especificidade das línguas e da intransponibilidade entre elas encontrou eco ao longo da história e, ainda hoje, há aqueles que preconizam que a poesia é intraduzível, considerando a ligação intrínseca e indissociável entre forma e sentido. Abandonando a crença romântica de língua original e intransponível, preferimos ficar com as palavras de Octavio Paz, que coloca a tradução no centro da atividade humana, sendo responsável pelo avanço das civilizações. Diz ele: “A história das

várias civilizações é a história de suas traduções.” (PAZ *apud* MILTON, 1998, p. 143) A verdade é que a circulação de textos através da história se deu pelas suas traduções que, boas ou más, constituem parte integrante do acervo comum de textos, independentemente do recorte “nacional” que habitualmente se faz e que desconsidera as obras estrangeiras como peça integrante de todo um sistema literário. Se assim não fosse, como poderíamos entender a formação da maioria das literaturas de países colonizados por metrópoles européias, sem considerar as contribuições e o legado greco-romano, os romances de cavalaria, as epopéias renascentistas, e tantos outros textos que circularam através de suas traduções, e que contribuíram para compor o patrimônio literário dessas mesmas metrópoles? No período de construção das literaturas ocidentais européias, muitas vezes as traduções foram patrocinadas por monarcas poderosos, que viam aí a possibilidade de fortalecer e emancipar as línguas nacionais. Sabemos como Francisco I, por exemplo, grande impulsionador do Renascimento francês, apreciava os tradutores e os financiava em seu trabalho. Isso vem evidenciar que, se a tradução de textos estrangeiros serviu para o enriquecimento do patrimônio cultural comum, ela também se prestou a propósitos distintos na história milenar desse tipo de prática.

A experiência dos descobrimentos do século XVI trouxe consigo a problematização da idéia da certeza interiorizada por muitos séculos de que as culturas eram definitivas e impermeáveis. A partir de então, o velho mundo passou a trabalhar com a possibilidade da diferença e a imaginação contribuiu para se inventariar não apenas o mundo desconhecido, mas também as transformações do universo conhecido que a perspectiva da diferença havia instalado. Conforme destaca Paz, as culturas são locais, autosuficientes e, na maioria das vezes, monolíngüistas. É a tradução que introduz o “outro” em sua forma mais radical e estranha: a linguagem. E quando se pensa em linguagem diferente, supõe-se imediatamente uma maneira outra de sentir, pensar e entender o mundo:

La sociedad, al intuirse, también se nombra y así se distingue de otras sociedades. Una sociedad se llama Atenas, otra se llama Tenochtitlan y otra Babilonia. Cada uno de los miembros de la sociedad también tiene un nombre. Así, cada sociedad y sus miembros ingresan en el universo de los nombres, en el mundo de los signos: la sociedad es un lenguaje. La cultura de una sociedad es casi ininteligible si se desconocen los significados de su lenguaje. (PAZ, 1990, p. 10)

Em sua concepção, a vivência da alteridade se produz entre os diversos povos entre si, mais também entre os diferentes grupos sociais que partilham do mesmo universo cultural, que estabelece hierarquias e exclusões entre esses núcleos distintos. Por isso, Octavio Paz (1990, p. 75) critica a dualidade que se tenta estabelecer entre as culturas, no seio das sociedades modernas, na qual diversas manifestações convivem lado a lado. Por exemplo, fala-se em cultura popular e cultura erudita, alta e baixa cultura, literatura e para-literatura, e assim por diante. Ora, conforme argumenta ele, em todas as sociedades existe um saber especializado, com suas técnicas e linguagem próprias, convivendo com saberes, crenças e linguagens coletivas: tanto o teórico como o crente pertencem à mesma cultura. As relações entre a chamada alta cultura e a cultura popular, com suas linguagens distintas, ocorrem de modo permanente e essas duas formas de expressão estão intimamente ligadas no cotidiano de toda sociedade:

La civilización que viene será diálogo de culturas nacionales o no habrá civilización. Si la uniformidad reinase, todos tendríamos la misma cara: máscara de la muerte. Pero yo creo lo contrario: creo en la diversidad que es pluralidad que es vida. (PAZ, 1990, p. 80)

Assim sendo, toda civilização, continua ele, demanda um meio de comunicação entre as diferentes culturas aí compreendidas, e

o conceito de tradução pode também recobrir as falas diversas no interior de uma mesma língua. Isto equivale a dizer que, ou a cultura mantém cada um desses universos com sua língua própria – interna e externamente –, ou então – como foi o caso do Latim, na Idade Média, ou o Sânscrito, na Índia antiga –, é preciso existir a tradução para exercer esse papel, como acontece amplamente nos dias de hoje, para que as obras ultrapassem as fronteiras de uma cultura e abram caminho para sua incorporação à cultura da língua de chegada.

Parece claro que, apesar dos limites da traduzibilidade – e para além desses limites – a tradução favorece uma maior aproximação entre os povos e que, por conseguinte, toda vez que lidamos com a cultura do outro, somos levados a refletir sobre nós mesmos com relação a esse outro com quem dialogamos. Se a tradução favorece o acesso a outras leituras de mundo, enriquecendo a rede de intertextualidade, de interdisciplinaridade e de *interculturalidade* entre os povos, ela também suscita a reflexão sobre o estatuto do texto traduzido. Por outro lado, a responsabilidade de tecer uma rede de convivência entre culturas implica uma postura político-filosófica que pode contribuir para um diálogo mais fecundo e para o apagamento das hierarquias entre as línguas, as culturas e os homens, ou, ao contrário, para reforçar a relação de dominação existente entre as diferentes civilizações humanas.

Hirarquia entre as línguas e as culturas

A preocupação com a originalidade e a precedência é uma preocupação bastante moderna. Os antigos desconheciam a idéia de propriedade textual e percebiam a autoria e a recepção como partes indistintas de uma mesma tradição na qual estavam imersos. A concepção metafísica sobre a qual repousa a crença na originalidade de um texto, de uma língua pura, prébabélica, sacralizada, contribuiu para a aproximação do texto literário do texto religioso e,

por conseguinte, para a desvalorização do texto traduzido, percebido então como um texto de “segunda mão”. A partir do Renascimento, confunde-se o texto sagrado religioso com o texto clássico, legitimado pelo seu novo estatuto de verdade e modelo para a emulação.

Ao proclamar a subjetividade e a criatividade, o Romantismo consolida o privilégio do texto enquanto produto de uma imaginação solitária e única. Neste sentido, a escola romântica se coloca em um pólo oposto ao da Idade Média e do Renascimento, cuja tradição era a da retomada e imitação de textos já consagrados, que eram então reescritos, colocando a atividade de tradução no mesmo patamar do da criação. Em consonância com essa visão romântica de gênio e de individualidade, desenvolve-se a concepção da impossibilidade de tradução, já que cada individualidade ou nação teria seu espírito próprio e intransponível. Henri Meschonnic (1972) denuncia o grau de ideologia implícita no pressuposto da inferioridade do texto traduzido, em cotejo com o original, decorrente das posturas que insistem na sacralização do texto literário. É a idolatria do original que responde pelo conceito perverso da tradução como “perda”, “traição”, “diminuição”. Por isso, salienta ele:

L'illusion de la transparence appartient au système idéologique caractérisé par les notions liées d'hétérogénéité entre la pensée et le langage, de génie de la langue, du mystère de l'art (...). Il ressort du jeu de l'opposition idéologique entre texte et traduction une notion métaphysique, non historicisée, de l'intraduisible. (MESCHONNIC, 1973, pp. 308-9)

Paralelamente, no esteio da intraduzibilidade, segue a idéia de superioridade de algumas línguas em relação a outras. Chateaubriand afirmava que “quanto mais o talento é íntimo, individual, nacional, mais seus mistérios escapam ao espírito que não lhe é, por assim dizer, *compatriota*.” (O destaque é do autor) (GODARD, 1998, p. 14) O escritor Céline, em seu afã nacionalis-

ta com propósitos bastante duvidosos, a serviço de causas raciais e chauvinistas que antecederam a Segunda Guerra, também se apressa em declarar que “só existe uma língua (...) uma única língua válida! Respeitável! A língua imperial deste mundo: a nossa! ... as demais não passam de algaravias (...) sem lapidação nem polimento, farsas!! Aproximações roucas ou miadas para estrangeiros!” (Idem, *ibidem*).

Em nosso entender, o próprio ato de traduzir já encerra, em si mesmo, o princípio da soberania de todas as línguas do mundo. A linguagem do tradutor opera uma “crioulização”, para usarmos a expressão do escritor antilhano Édouard Glissant (1996), no sentido em que toda língua, em sua relação com o mundo, já produz o imprevisível. Em comemoração ao centenário de morte do poeta Rimbaud, Carlos Lima chama a atenção para a observação feita por Mário de Andrade, naquilo que ele aponta como “o mais importante parêntese da história da poesia brasileira”. Diz Mario: “Parêntese: não imitamos Rimbaud. Nós desenvolvemos Rimbaud. Estudamos a lição de Rimbaud”. (LIMA, 1993, p. 130) Neste sentido, gostaria de retomar as palavras de Silviano Santiago que destaca a contribuição da América Latina para a cultura ocidental:

A maior contribuição da América Latina para a cultura ocidental vem da destruição sistemática dos conceitos de “unidade” e de “pureza”: estes dois conceitos perdem o controle exato do seu significado, perdem seu peso esmagador, seu sinal de superioridade cultural, à medida que o trabalho de contaminação dos latino-americanos se afirma, se mostra mais eficaz. A América Latina institui seu lugar no mapa da civilização ocidental graças ao movimento de desvio da norma, ativo e destruidor, que transfigura os elementos feitos e imutáveis que os europeus exportavam para o Novo Mundo. (SANTIAGO, 1978, p. 18)

Paulo Rónai expõe em seu livro *Babel e Antibabel* (1970) o relativo sucesso do Esperanto como língua auxiliar universal, podendo

até mesmo prestar-se à expressão literária. No entanto, lembra o autor, justamente porque admite a polissemia, ela está se desenvolvendo como qualquer outro idioma natural, ou seja, torna-se indisciplinada como o são todas as línguas naturais.

Nesta perspectiva, a tradução opera necessariamente a dessacralização da obra, pois ela é o resultado do trabalho de desmontagem e remontagem do texto de origem. E sabemos que na história da literatura há obras que pertencem tanto ao autor como ao tradutor, como Nerval traduzindo Goethe, Baudelaire, Poe e Proust, Ruskin, apenas para citarmos alguns exemplos hoje consagrados. Vista por esse ângulo, a tradução se constitui uma forma privilegiada de crítica – e não são raros os ensaios críticos, prefácios, notas explicativas, entre outros que acompanham muitas vezes a tradução de um livro, dando conta de uma certa poética, reveladora de sua recepção. Todo ato tradutório é necessariamente um ato hermenêutico; daí que, como sugere José Paulo Paes, cotejar o original de um poema com a sua tradução pode, muitas vezes, trazer uma luz para seu entendimento, até mesmo quando o leitor tem o domínio da língua do poema fonte. (PAES, 1990, p. 39) Por esta razão, Antoine Berman propõe um estudo diferenciado do texto traduzido, bem como o da crítica dessa tradução, que constituiriam uma peça importante da literatura crítica da obra literária em questão. Neste caso, o estudo a tradução e o de sua respectiva crítica seriam um suplemento desse conjunto crítico maior, permitindo uma visão mais completa e contribuindo para eventuais re- traduções. (BOUVET, 1995)

Assim, o texto traduzido, conforme explicita Rosemary Arrojo, é, metafóricamente, um “palimpsesto”, ou seja “passa a ser o texto que se apaga, em cada comunidade cultural e em cada época, para dar lugar a outra escritura (ou interpretação, ou leitura, ou tradução) do *mesmo* texto”. (O grifo é do autor) (ARROJO, 1997, pp. 23-4) Então, estudar as diferentes recepções de um texto estrangeiro em um determinado país, avaliar os impactos que gerou e os novos textos surgidos a partir dessas leituras pode contribuir

para o entendimento da produção literária que aí se desenvolve, em um certo momento da sua história. Encarado deste ponto de vista, o estudo de uma literatura estrangeira toma a feição de uma literatura comparada, sobretudo quando se trata de uma relação envolvendo países de nível de desenvolvimento diferente, pois, como lembra Silviano Santiago:

L'écrivain d'un pays colonisé joue avec les signes d'un autre écrivain, d'une autre oeuvre. Les mots de l'autre ont la particularité de se présenter en tant qu'objets qui séduisent son regard, ses doigts, et l'écriture du texte second est, en partie, l'histoire d'une expérience sensuelle avec le signe étranger. (SANTIAGO, 1978, p. 23)

Ao tomar como ponto de observação as diferentes sociedades e suas manifestações culturais, a fim de analisar as semelhanças e particularidades de cada uma delas, Wolfgang Iser (*Surfaces*, vol. 4) alerta para a necessidade da perspectiva “intercultural” em contraposição a do simples comparativismo. A análise comparatista corre o risco de levar às superposições de culturas e de gerar noções de hierarquia. Para ele, considerar o espaço entre culturas é criar, ao mesmo tempo, um “espaço para uma auto-reflexão”. No momento em que se reconhece o outro como tal, em sua alteridade, colocamos em prática o potencial da “traduzibilidade”, que vai de encontro às noções de “canibalismo”, “apropriação” ou “assimilação”.

Se, por um lado, o mundo globalizado promove uma aproximação entre as línguas, por outro, somos marcados por idéias e preconceitos herdados passivamente, e dos quais não conseguimos nos libertar. Como explicita Edouard Glissant (1983), existe uma relação de dominância e de fascínio diante das línguas de países adiantados tecnologicamente, relegando ao plano do folclórico e do exótico as outras línguas, notadamente as que não possuem escrita.

A traduzibilidade – expressão das diferentes maneiras através das quais a alteridade se manifesta – cria uma via de mão dupla

entre as culturas, já que a alteridade só é compreensível se tomarmos a nossa própria cultura como base e esta, por sua vez, se modifica no contato com o outro. É a negociação permanente entre estranhamento e familiaridade, entre desconhecido e conhecido que representa, em última instância, o modo pelo qual os sistemas culturais se organizam e se movimentam.

No momento em que os pré-românticos instalam um repensar da cultura alemã, estes se debruçam sobre o estudo dos Antigos, sobretudo os Gregos, os quais se propõem a traduzir, buscando promover a renovação da arte naquele país. Esse processo suscitou uma ampla reflexão sobre a especificidade da língua alemã com relação às outras, notadamente as de origem latina. Em um Fragmento da revista *Athenäum*, A. Schlegel argumenta:

Alguns gramáticos parecem querer introduzir na língua o princípio do antigo direito das gentes, segundo o qual todo estrangeiro é um inimigo. Mas mesmo um autor que sabe dar conta de um trabalho sem estrangeirismos, sempre pode se considerar justificado a utilizá-los onde o caráter do próprio gênero exija ou requeira um colorido de universalidade; e um espírito histórico sempre se interessará, com veneração e amor, pelas palavras antigas e se comprazerá ocasionalmente em rejuvenecê-las, elas que tão freqüentemente não têm somente mais experiência e entendimento, mais também mais força de vida e unidade do que muitos daqueles a quem se chama de homens ou de gramáticos. (SCHLEGEL, Fragmento 435, Revista *Athenäum*, 1997, p. 139)

Assim, vistas pelo prisma de sua interface cultural, as línguas se incorporam aos diferentes universos lingüísticos, revitalizando-o e ampliando a visão de mundo que eles veiculam. Ao mesmo tempo, se considerarmos, por exemplo, o contexto de aprendizagem de uma língua estrangeira, parece claro que esta passa necessariamente pelo filtro da língua materna, o que levou a uma espécie de reabilitação do exercício de tradução em classes de língua nos dias de hoje. Além disso, essa prática permite igualmente uma

reflexão enriquecedora sobre mecanismos e peculiaridades da nossa própria língua em relação à zona de interface que se delineia entre as diversas línguas e a leitura de mundo que estas atualizam.

Contudo, o tratamento que os textos receberam através das traduções, sua apropriação e o fruto gerado pelo contato com as diferentes culturas locais não aconteceu de modo inocente ou aleatório, nem tampouco uniforme, variando segundo o país, a época e os objetivos a que serviam. Assim, ao longo dos tempos, estratégias diversas foram acionadas a fim de levar a cabo esses propósitos. A estratégia da “estrangeirização”, ou seja, a preservação de termos do original e a manutenção das diferenças culturais, foi utilizada de modo diferente ao longo da história, e nós conhecemos bem o caso da Grécia, dominada por Roma, e o quanto a cultura grega contribuiu para o enriquecimento da língua e da literatura latinas, através das traduções de seus textos. O extremo da “estrangeirização” é o que pratica Ezra Pound em *Cantos*, onde a tradução de outras obras de diferentes línguas cede o passo à citação direta, promovendo o apagamento da fronteira entre tradução e original.

Quer aceitemos ou não os excessos de Pound, não podemos deixar de reconhecer que ele ampliou o conceito de tradução, e foi o responsável por toda uma corrente moderna da Tradutologia, da qual os irmãos Campos são tributários. Graças a Pound, dizem estes, “o tradutor contemporâneo também pode escolher a posição na qual ele vai se colocar na escala de *fidelidade ao original*”. (O grifo é do autor) (MILTON, 1998, p. 117)

Assim, longe de se tratarem de operações gratuitas, as estratégias de “domesticação” ou de “estrangeirização” acionadas no ato tradutório são opções reveladoras de sentido político. Como lembra Yves Chevrel:

Traduire, éditer une traduction, n'est pas seulement une opération d'ordre linguistique, c'est aussi prendre une décision qui met en jeu un équilibre culturel et social: traduire la *Bible*

a été, et reste, une opération d'ordre idéologique et politique.
(CHEVREL, 1989, p. 18)

Hoje, fala-se em multiculturalismo – aceitação dos aportes e convívio com a diferença - e não mais em visão canibalística do tradutor que vigorava no período modernista brasileiro, por exemplo, e que, em última análise, contribuía para reforçar a visão uniformizante e centralizadora da cultura. Assim, da mesma forma que não há mais centro, mas sim estrutura circular com muitas circunferências, conforme a formulação de Derrida retomada por Jorge Luiz Borges, não existe uma tradução “certa”, mas várias traduções “possíveis”, retrabalhadas periodicamente, trazendo consigo marcas do tradutor e de seu tempo. É a idéia sugerida por Malraux e sua concepção de “matamorfose” da arte que se reproduz através de formas diversas, integrando um “museu imaginário”, ou seja um acervo comum a toda a humanidade que, por intermédio de imagens que se reproduzem e se transformam, garantem a sobrevivência e a fruição das obras que se tornam assim acessíveis a todos.

Existiria um estatuto do texto traduzido?

Derrubado o mito da intraduzibilidade e deixada de lado a hierarquia entre “texto original” e “texto traduzido” - que reproduzem as noções românticas de gênio e de originalidade, que estão na raiz da concepção da sacralidade da obra literária -, qualquer que seja a perspectiva de abordagem nos estudos de tradução, parece-nos que existe um estatuto particular do texto traduzido que nos permite cernir sua posição dentro do conjunto da produção textual de uma época, assim como os fins aos quais essas traduções se destinam. Mais ainda, sendo o texto traduzido condicionado por um outro texto articulado em uma outra língua, ele sugere um estatuto específico do ponto de vista de sua recepção, que é também levado em conta durante a tarefa da tradução.

No entanto, estudos teórico-conceituais sobre a tradução não nos permitem chegar a uma convergência quanto a esse estatuto particular do texto, pelas diferenças de abordagem, de uma tendência a outra, do trabalho de tradução. A se levar em conta, basicamente, a origem de tais estudos, nota-se um enfoque mais centrado no que se apresenta como um resultado da observação de traduções, postura de autores de corrente anglo-saxã, e outro enfoque, mais abstrato, no que se propõe teorização/aprendizagem da tradução, postura mais típica de autores de língua francesa.

A se pensar no primeiro grupo, devemos lembrar que, para Mona Baker (1998) dois traços característicos apontam para um comportamento lingüístico e cultural únicos quando estamos em uma situação de tradução. Em primeiro lugar, o texto traduzido está balizado por um outro texto inteiramente articulado em uma outra língua, o que não ocorre, por exemplo em outro tipo de produção lingüística; em segundo lugar, o tradutor sabe que o texto traduzido tem um estatuto diferente das outras produções quanto à sua recepção. É a consciência deste contexto especial de recepção que faz com que o tradutor seja levado a utilizar características muito típicas da língua alvo, tendendo até, segundo Mona Baker, a exagerá-las na maioria das vezes, preferindo as estruturas essenciais da língua e praticando um certo conservadorismo lingüístico. Percebe-se, por exemplo, uma semelhança muito grande entre textos traduzidos versando sobre assuntos diferentes entre si – uso de palavras mais comuns, maior redundância, vocabulário mais reduzido – do que entre textos escritos diretamente na língua alvo, embora tratem do mesmo tema. Estes são muito mais diversificados em suas estruturas lingüísticas e o vocabulário é muito mais variado e singular. Isto se deve, explica ela, pois “o tradutor tende a responder inconscientemente à percepção que têm do estatuto do texto que está produzindo.” (BAKER, 1998, p. 45)

Caberia cotejar à análise de corpus de Mona Baker, centrada no balizamento de um sentido original, a diferenciação feita pela francesa Marianne Lederer, segundo a qual, ao se produzir um

sentido no texto que seria o balizador, “a explicitação lingüística cobre apenas uma parte da mensagem” (LEDERER, s/d, p. 22), uma vez que o próprio autor do texto original não pode determinar corretamente o saber dos que o leram e que, ao traduzi-lo, reproduziram, pelo fato de aquele deixar uma parte de sua formulação aberta ao não-dito. Isso nos remete mais uma vez ao esforço deste trabalho em desconstruir o postulado da hierarquia de valores, que se afirmava na superioridade do texto original (ou o da “autoria”) em relação ao texto “do tradutor”.

Sendo a questão da interpretação, segundo Lederer, atrelada ao sentido (“quanto ao tradutor, que deve assegurar a comunicação, é preciso que ele defina seu objeto como sendo o sentido, e este como o querer dizer do autor” (Idem, *ibidem*, p. 25), no entanto, o objetivo de seu trabalho é mostrar que o tradutor não se limita a uma *transcodificação*, mas visa à *reexpressão*, após a etapa do transcodificar. Ressalta-se a abordagem discursiva que norteia a postura da autora, e que evita esquecer que o sentido, peça fundamental na interpretação do tradutor, não está contido na simples dimensão da língua. Uma abordagem que não leva isso em conta permanece basicamente ligada à lingüística estrutural e, segundo Lederer, não faz mais que “focalizar todo esforço teórico sobre a transcodificação” (Idem, *ibidem*, p. 27). Assim, a uma dialética das instâncias do sentido e do querer dizer, essencial para entender o texto original de forma descentrada, contrasta-se o objeto do enfoque da autora inglesa, de aspecto estrutural, que oblitera a dinâmica da leitura / interpretação como consequência da compreensão discursiva.

Com efeito, para ela, a estruturação do texto traduzido difere da do original e as marcas dessa diferença estão inscritas neste tipo de produção. A metodologia que Mona vai utilizar em sua pesquisa é a de comparar textos originais, não mais com suas traduções, mas com traduções na “mesma língua”, em campos de saber semelhantes, e o objetivo a ser atingido é o de mostrar que a “língua inglesa de tradução” - ou aquilo que ela nomeia de “tercei-

ro código”- vai diferir da língua utilizada correntemente por seus usuários. O conceito que desenvolve de “terceiro código” não aponta para “vícios de tradução” ou um “jargão de tradução” que revelariam uma conotação pejorativa, mas, afirma Mona Baker, isto ocorre porque a tradução é uma forma específica de comunicação e que o tradutor se deixa, de certo modo, permear pelas estruturas da língua da qual traduz. Não podemos ignorar a parte de criatividade e o aporte individual, sobretudo no que toca à tradução literária, mas, como lembra ela, “as análises de tradução baseadas em *corpus* devem levar em conta o geral e o específico, a norma e a exceção”. (BAKER, 1998, p. 56) Se considerarmos pertinentes as postulações da estudiosa, podemos concluir que o estatuto de texto traduzido vai orientar escolhas lingüísticas, embora o texto literário, pela sua própria natureza, leve o tradutor a adotar um comportamento mais “solto” com relação ao texto na língua de origem.

Em contrapartida, o trabalho de Jean Delisle, em *L'analyse du discours comme méthode de traduction*, torna quase impossível considerar o estatuto final de uma tradução sem que se entenda o esforço do tradutor ao buscar as equivalências, objeto central do enfoque de sua obra, “uma rede complexa de relações lógicas pertinentes às produções lingüísticas do discurso” (1984, p. 61). Ele critica o uso de dicionários lexicográficos, por acreditar que apenas sedimentam múltiplas acepções de palavras em perspectiva lingüística, e não discursiva. Propõe o uso de dicionários analógicos, unilíngües, de ambas as línguas, em um processo de tradução, para que se opere, antes de chegar ao texto em língua traduzida, uma compreensão do contexto, retirando-se a palavra de suas significações virtuais, e impondo a significação pertinente a esse contexto como a única válida. O resultado não se limita à escolha inusitada de palavras, podendo chegar a partes “nucleares” de enunciados, evitando aproximações meramente etimológicas ou semânticas do tradutor com o texto original. Leva em conta a capacidade de se poder comunicar de forma tão eficaz, em outro contexto e em ou-

tra cultura, e se baseia, em boa parte, em uma compreensão do discurso que é tributária da corrente da Pragmática.

Ao abrir mão de considerações gerais sobre o resultado de um corpus de traduções, não se discute, nesse caso, a uniformização vocabular dos textos traduzidos, em uma mesma área, como o que demonstra a autora inglesa. O interesse do autor quebequense está na análise de corpus para verificar as reexpressões do sentido - bastião da fidelidade ao texto original -, calcadas no efeito comunicativo, mutante, contextual, intuído na interpretação do tradutor, e não em normatizações que levam a crer na criação de jargões de especialidades. Apostando na capacidade do tradutor em ser mediador da comunicação, Delisle desconsidera uma tradução que não se produza por essa “metodologia”.

Radiacalizações à parte, como se pensar que um conjunto de traduções analisadas em seu resultado último pode estipular o estatuto do texto traduzido? Qual seu traço comum enquanto ato de traduzir, esse lado mais empírico da observação? É preciso levar em conta se, em um conjunto observado, demonstram-se diferentes formas de traduzir, em que pese aos comentários de uma corrente mais centrada em comparações de traços sobre a semelhança quantitativa descrita no corpus estudado. Pois, no balanço apontado, o processo de tradução em si não estaria sendo ocultado pela homogeneidade do aspecto estrutural e lexical, produzido entre textos que não resultam de uma mesma tradução? A heterogeneidade de resultados do conjunto apontaria muito mais para o estatuto da interpretação que se veiculou, e que define uma tradução.

Resta saber por que viés se obteria, para os autores de tendência francesa, o estatuto do texto traduzido. Se há que se entender o contexto de recepção da obra, as finalidades de uma tradução e sua posição dentro do conjunto textual de uma época, enveredar-se-ia fatalmente, por aí, para a con-textualidade a ser observada (a da produção do texto original e a do texto traduzido, em sua relação com o saber que o texto veicula e com os aspectos distintivos do discurso de uma época). Não se enveredaria exclusivamente por

uma discussão do texto, pois qualquer normatização descritiva de tipologias textuais também teria que estar com base na descrição de seus contextos, evitando as bipolarizações que nortearam o saber do passado. Um trabalho dessa natureza é de ambição interdisciplinar.

Bibliografia

ARROJO, Rosemary. *Oficina de tradução*, 3e éd. São Paulo: Ática, 1997.

BAKER, Mona. Reexplorer la langue de la traduction: une approche par corpus. *Meta*, XLIII, 4, Canada, Québec, 1998.

BOUVET, Rachel. Antoine Berman: pour une critique des traductions: John Donne. *Surfaces*, vol. IV, Montréal, 19/12/95.

CHEVREL, Yves. *La Littérature Comparée*. Paris: PUF, 1989.

DELISLE, Jean & WOODSWORTH, Judith. *Os tradutores na história*. Trad. de Sergio Bath. São Paulo: Ática, 1998.

_____. *L'analyse du discours comme méthode de traduction*. Ottawa: Editions de l'Université d'Ottawa, 1984.

EVEN-ZOHAR, I. Polysystem Studies, in *Poetics Today*. Duham: Duke University Press, vol. 11, n° 1, 1990.

GLISSANT, Édouard. Após Babel. *Correio da Unesco*, n° 9, ano 11, set/1983.

_____. *Introduction à une poétique du divers*. Paris: Gallimard, 1996.

GODARD, Henri. Pode-se traduzir Céline? *Matraga*, nº 10, Rio de Janeiro: Instituto de Letras, UERJ, out./1998.

ISER, Wolfgang. On Translatability, <http://pum12.pum.umontreal.ca/revues/surfaces/vol.4/iser.html>

LEDERER, Marianne. Transcoder ou réexprimer. In: _____ & SELESKOVITCH, Danica. *Interpréter pour traduire*. Publications de la Sorbonne. Littératures / 10. Didier Erudition. Collection “Traductologie 1”, [s.d.], p. 22.

LIMA, Carlos. Rimbaud – para uma poética da utopia. LIMA, Luiz Costa (Org.), *Rimbaud no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1993.

MESCHONNIC, Henri. Propositions pour une poétique de la traduction. *Langages*, nº28, pp. 49-54. LADMIRAL, J.R. (org), Paris: Didier-Larousse, déc/1972.

_____. Propositions pour une poétique de la traduction. *Pour la poétique*. Paris: Gallimard, 1973.

MILTON, John. *Tradução: teoria e prática*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PAES, José Paulo. *Tradução a ponte necessária*. São Paulo: Ática, 1990.

PAZ, Octavio. Televisión: cultura y diversidad. *Hombres en su siglo y otros ensayos*. Barcelona: Biblioteca de bolsillo, 1990.

RÓNAI, Paulo. *Babel e Antibabel*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

SANTIAGO, Silvano. *Uma Literatura nos Trópicos: ensaios sobre sobre dependência cultural*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SCHLEGEL, F. *O dialeto dos Fragmentos*, trad. De Marcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 1997.